

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Enfrentamos um momento de grande complexidade e incerteza, considerando a evidência científica existente, mas tendo consciência do que ainda é desconhecido da comunidade científica sobre o coronavírus. Um momento que exige que tudo seja feito para combater a COVID 19, minimizando os seus impactos na saúde e na vida dos portugueses.

A situação que o país e o mundo atravessam, com medidas excepcionais para situações excepcionais, não poderá servir de argumento dos patrões para o atropelo dos direitos e garantias dos trabalhadores. Não pode ser usado e instrumentalizado para, aproveitando legítimas inquietações, servir de pretexto para o agravamento da exploração e para o ataque aos direitos dos trabalhadores.

As políticas de direita executadas pelo PS e pelo PSD/CDS dos últimos 30 anos fragilizaram os serviços públicos e levaram à privatização de áreas que são da responsabilidade do Estado.

No caso em concreto, a criação da escola pública, acessível a todos, foi uma conquista do 25 de Abril e permitiu o acesso à mesma por populações que antes estavam condenadas ao analfabetismo e pobreza. Criaram-se escolas públicas em todo o país. Ao longo dos anos, várias alterações foram feitas aos serviços que existiam nas escolas públicas, com descentralização de competências e com privatização de serviços.

Em Sintra, houve o processo de encerramento da *Educa*, uma empresa municipal que tinha atribuições de gestão das cantinas escolares para se privatizar a confeção de refeições. Actualmente são servidas mais de 2 milhões de refeições por ano, sendo as mesmas resultado de um contrato com um prestador privado. Assim, a Câmara Municipal de Sintra paga para se fazer um serviço utilizando as cozinhas e cantinas das escolas, sendo estas reabilitadas através do orçamento municipal.

No seguimento do fecho dos estabelecimentos escolares decretado pelo Governo, como medida de contenção da pandemia COVID 19, o prestador privado (ICA - Indústria e Comércio

Alimentar, S.A.) despediu 200 trabalhadoras que confeccionavam refeições. São 200 trabalhadoras que foram despedidas quando mais necessitavam de manter o seu posto de trabalho.

A ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S. A é uma empresa que presta, segundo o portal base.gov.pt, tem mais de 220 contratos com entidades públicas, em todo o país, Estado Central e autarquias locais, ou seja recebe milhões de dinheiros públicos, pelo que se exige que o Governo conheça e acompanhe as suas práticas laborais.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1 – O Governo tem conhecimento da situação do despedimentos destas 200 trabalhadores da ICA - Indústria e Comercio Alimentar, S.A., no concelho de Sintra?

2 - Tem o Governo conhecimento de alguma acção inspectiva da Autoridade para as Condições de Trabalho? Se sim, quais as conclusões?

3 - Que medidas vai tomar o Governo para assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, bem como a manutenção dos seus postos de trabalho e o cumprimento de todos os direitos laborais durante a situação de pandemia?

Palácio de São Bento, 31 de março de 2020

Deputado(a)s

DUARTE ALVES(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)